

**10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Políticas**  
**30 de agosto a 2 de setembro, Belo Horizonte**  
**Área Temática: Participação Política**

**DOS PROTESTOS ÀS NEGOCIAÇÕES: AS ROTINAS DE INTERAÇÃO ENTRE ESTADO  
E O CAMPO FEMINISTA LATINO-AMERICANO**

Eduardo Moreira da Silva – Ciência Política/UFMG  
Clarisse Paradis – Ciência Política/UFMG

**Resumo:** O artigo apresenta uma análise comparativa de dois campos teóricos que tem sido objeto da atenção recente, embora não se comuniquem frequentemente. De um lado, pretende-se fazer uma revisão crítica da literatura sobre os Mecanismos Institucionais de Mulheres na América Latina (MIMs), entendidos como órgãos do executivo, responsáveis pela coordenação e/ou implementação de políticas para as mulheres. Importa saber o modo como o Estado oferece políticas públicas para as mulheres na região e as consequências das mesmas para o campo feminista.

De outro lado, uma literatura que cresceu muito nos últimos anos, tem buscado compreender a dinâmica dos protestos e dos repertórios de ação utilizados pelos movimentos sociais. Contribuições recentes nos mostram como ações contenciosas têm sido combinadas com ações interativas com o Estado, em determinados contextos políticos na América Latina. A proposta analítica baseia-se nos dois campos conjuntamente, com o propósito de identificar as possíveis conexões entre as duas áreas, isto é, pretende-se demonstrar que pode haver mais conexões entre a participação institucionalizada e a não institucionalizada do que se supõe na literatura recente.

As pesquisas desenvolvidas sobre as instituições participativas, por exemplo, são geralmente realizados a partir do referencial teórico da teoria deliberativa e/ou participativa. As pesquisas sobre os MIMs indicam, também, a existências de canais de interação entre as/os cidadãs/os e o Estado, no processo de formulação dos Planos de Igualdade de Gênero. Como estas instituições estão inseridas em um sistema político mais amplo, a emergência da teoria dos sistemas deliberativos apresenta um promissor referencial para se analisar estas instituições em relação com as demais arenas deliberativas afeitas às políticas. De forma similar, a teoria dos movimentos sociais, com foco recente nas ações de protestos, está contribuindo para se identificar e analisar as articulações e as ações desenvolvidas pelos atores nas vias extra-institucionais. Será, no entanto, que os atores não podem atuar simultaneamente em ambas as arenas?

O artigo é composto por três partes. Na primeira se realiza uma análise de um banco de dados construído para analisar comparativamente 18 países latino-americanos, dentre os quais serão selecionados 5 deles, a saber, Argentina, Brasil, Chile, Bolívia e Venezuela. Na segunda, descreve-se um movimento de protesto, no âmbito dos movimentos feministas e de mulheres latino-americanas, com o intuito de mostrar as possíveis interações das ações de protestos com os MIMs. A terceira parte aborda a dimensão das conexões entre os dois campos, por meio de uma tipologia adotada para o caso brasileiro, que norteará a comparação com os demais países.

**Palavras-chave:** Participação; Protestos; Feminismo.

## 1. Introdução

A literatura de movimentos sociais buscou teorizar, de maneiras diversas, a relação entre esses atores e o Estado. Enquanto uma visão bipolarizada predominou em muitos estudos – focada nas relações contenciosas entre ambos e que, acabaram por produzir uma visão bastante homogênea desses atores – uma parte dos estudos buscou considerar mais a fundo essa relação, a partir do exame dos espaços de participação política, das redes de movimentos sociais, dos projetos políticos em disputa na América Latina (Abers; von Büllow, 2011; Alvarez *et al*, 2014; Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006).

Abers e von Büllow (2011), identificaram diferentes formas de interação entre movimentos sociais e Estado, que justificam novas abordagens para teoria de movimentos sociais – os últimos buscam influenciar as políticas públicas, demandam e contribuem com diferentes espaços participativos, além da incorporação de militantes no aparato estatal, fazendo com que o trânsito entre sociedade civil e sociedade política seja mais frequente e complexo do que a literatura precedente tratou.

Por sua vez, o trabalho de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) se insere no contexto desses estudos e buscou compreender as interações entre sociedade e Estado em três áreas específicas de políticas públicas no Governo Lula – política urbana, desenvolvimento agrário e segurança pública. O argumento delas é que novas formas de interação surgiram, decorrentes da presença de militantes no aparato estatal, em associação com o histórico dessa interação em cada setor de política pública, bem como a própria heterogeneidade do Estado brasileiro.

Para tal, as autoras reformulam o conceito de repertório, com objetivo de ampliar o foco para além da ação contenciosa dos movimentos, tal como formulado por McAdam; Tilly e Tarrow (2004), como formas culturalmente codificadas pelas quais as pessoas interagem em políticas de conflito (p.16), ou ainda as formas pelas quais as pessoas se engajam em uma ação coletiva. Nesse sentido, as autoras desenvolvem a ideia de “repertórios de interação”, que também servem para apreender relações colaborativas entre sociedade e Estado (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014). Essa nova noção permite “[...] incorporar a diversidade de estratégias usadas pelos movimentos sociais brasileiros e examinar como estas têm sido usadas, combinadas e transformadas” (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014, p.332).

Quatro rotinas de interação foram identificadas pelas autoras, a partir da análise do caso brasileiro: (1) Protestos e ação direta – mesmo quando há colaboração com o Estado e este é visto como aliado. Os movimentos organizam protestos, mas os inserem dentro do ciclo de negociação; (2) Participação institucionalizada – interação que ocorre nos canais de

participação institucionalizados como o orçamento participativo, os conselhos de políticas públicas e as conferências; (3) Política de proximidade – quando há contatos pessoais entre atores de movimentos e do Estado, facilitados pela ampliação de ligações entre o Executivo e esses movimentos, própria de governos de esquerda; (4) Ocupação de cargos na burocracia – quando militantes ou pessoas muito próximas tornam-se funcionários do Estado e facilitam conexões entre ambas esferas.

No presente trabalho<sup>1</sup>, pretende-se verificar se existem tendências semelhantes para se pensar o setor de política para as mulheres, ou seja, a relação entre movimentos feministas e Estado e quais as semelhanças e diferenças entre a experiência dos cinco países selecionados. Para tal, utilizaremos três variáveis: 1) perfil das/dos presidentes no que se refere ao apoio aos MIMs; 2) existência de mecanismos institucionais de mulheres<sup>2</sup>; 3) presença ou não de mecanismos de participação da sociedade, vinculados aos mecanismos institucionais de mulheres.

Entre formas colaborativas e contenciosas de relação com o Estado estão, portanto, os protestos, que podem ser caracterizados pela relação estabelecida pelos participantes entre a sua insatisfação e uma rejeição explícita aos sistemas políticos, aos partidos políticos tradicionais e, ainda, às outras formas convencionais de organização. Dentre elas, alguns movimentos sociais e sindicais marcados pela hierarquia e/ou relação com o Estado (Bringel, 2013). Diagnóstico semelhante está presente em autores que sustentam a existência de uma crise *da representação política* na contemporaneidade (Almeida, 2011, Silva, 2013, Sintomer, 2010).

Os protestos mais recentes podem ser caracterizados como um “novo tipo de ação política *viral, rizomática e difusa(...)*” composta por “repertórios mais mediáticos e performáticos” (Bringel, 2013, p.19, *destaques nossos*). É possível encontrar tendências semelhantes adotadas por analistas que tem se proposto a entender os mecanismos que levaram à ocorrência de uma “geopolítica da indignação global”, que tem se expressado em diferentes ações de protesto, em contextos tão variados como a América do Norte, a Europa e a América Latina (Bringel, 2013; Valerian, 2013; Miranda; Rosenkranz, 2011; Polanco; Silva, 2013).

Os contornos atuais das formas de ação contenciosas também fazem parte das estratégias e repertórios dos movimentos de mulheres e feminista e impactam os modos de

---

<sup>1</sup> Esta é uma versão reformulada de artigo anteriormente apresentado no 1º Seminário Internacional de Ciência Política, realizado em Porto Alegre, na UFRGS, em 2015.

<sup>2</sup> Os MIMs podem ser entendidos como órgãos do poder executivo do Estado, responsáveis pela implementação das políticas de igualdade de gênero. Variam de formato em cada país e nível federativo, podendo ser ministérios, secretarias, coordenadorias, institutos, conselhos, entre outros. Para uma análise desses órgãos em 16 países da América Latina, ver: PARADIS (2013).

interação entre esses movimentos e o Estado. Nesse sentido, nos debruçaremos mais profundamente na literatura sobre protestos, buscando identificar casos de protesto que ilustrem diferentes padrões de interação entre sociedade e examinando como o campo feminista (Alvarez, 2014) tem construído combinações que reúnem tanto ações colaborativas, quanto ações confrontacionais com o Estado e a partir de quais repertórios de interação.

## **2. Repertórios de interação entre feminismo e Estado**

A relação entre o feminismo e o Estado fez parte de um debate exaustivo, mas não esgotado, com contribuições do Norte (Htun; Weldon, 2010; Kantola, 2006; Lovenduski, 2005; Mazur, 2002; Orloff, 1996) e Sul Global (Rai, 2003; Sardemberg, Costa, 2006; Alvarez, 1990; Chávez, Quiroz, Mokrani; 2010; Guzmán, 2001) e a partir de diferentes correntes do feminismo (Paradis, 2013). Visões mais colaborativas e mais repulsivas permearam as avaliações sobre as estratégias dos movimentos feministas *vis-à-vis* o Estado e, na América Latina, essas visões estiveram em constante disputa, nos diferentes períodos históricos do feminismo (Matos, Paradis; 2013).

Fugindo de uma visão binária e maniqueísta, Matos e Paradis (2014) sugerem uma nova síntese feminista do Estado – que leve em conta a complexidade das relações entre sociedade e Estado, que perceba e monitore as traduções políticas que o Estado dá para as demandas dos movimentos feministas; que leve em consideração os diferentes grupos de mulheres e como elas são atingidas pelas ações estatais de maneira diferente e que avalie como os mecanismos institucionais de mulheres buscam e, com qual sucesso, despatriarcalizar o Estado.

A partir dessa via, será possível pensar os repertórios de interação entre movimento feminista e Estado, utilizando-se de três variáveis: 1) perfil das/dos presidentes no que se refere ao apoio aos mecanismos institucionais de mulheres; 2) perfil dos MIM's; 3) presença ou não de mecanismos de participação da sociedade civil, vinculados aos mecanismos institucionais de mulheres.

### *1.1 Papel das/dos presidentes na agenda da igualdade de gênero*

Nesta seção analisaremos os tipos de comprometimentos dos/as presidentes/as com a agenda da igualdade de gênero, especialmente a partir da centralidade dos mecanismos institucionais de mulheres. Há um importante debate sobre a atuação das mulheres presidentes, se sua condição de gênero seria sinal de garantia da agenda em questão. É evidente que as mulheres, como grupo social, não são homogêneas, nem compartilham os mesmos interesses, vontades, perspectivas e aspirações. Portanto, existem vários exemplos de presidentas que não despenderam esforços para perseguir uma agenda feminista e de

gênero e, muitas vezes, sequer uma agenda que possa ser considerada feminina. Por outro lado, a eleição das presidentas tem um teor simbólico inegável, que pode contribuir para que haja uma pressão maior da sociedade e dos movimentos organizados por uma atenção especial às demandas feministas e das/para as mulheres.

A experiência chilena, com a eleição da Presidenta Bachelet, demonstra que a combinação de uma mulher chefe de Estado, que prioriza a agenda feminista e de gênero pode gerar um amplo comprometimento com a igualdade de gênero. No seu primeiro governo, uma de suas primeiras preocupações foi tornar paritário o seu gabinete. Há certo consenso de que a eleição da líder chilena teve um impacto significativo na vida das mulheres de toda a região. Conforme argumenta Marcela Tobar (2009), a eleição de Bachelet “inflamou interesse sem precedente pelo desenvolvimento do papel político das mulheres e das relações de gênero no país. Sua eleição foi indubitavelmente um marco histórico” (Tobar, 2009, p.21).

Ainda segundo a autora, vários foram os exemplos de suporte retórico e simbólico do seu comprometimento pessoal com a igualdade de oportunidades para as mulheres. Para se ter uma ideia, no seu primeiro discurso anual para o Congresso, ela utilizou a palavra “mulher” 36 vezes, incluindo a citação de duas feministas históricas do país (Tobar, 2009). No que se refere ao suporte político ao mecanismo institucional de mulheres do Chile, o SERNAN, Ángeles, Ramil e Espinosa (2012) afirmam que durante o mandato da presidenta chilena o MIM obteve significativo aumento em seu orçamento<sup>3</sup>.

A primeira eleição de Dilma Rousseff no Brasil, para o seu primeiro mandato, também teve repercussão importante. Já no seu discurso de posse, Dilma afirmou o compromisso com as mulheres<sup>4</sup>:

E sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa desta ousadia do voto popular que, após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do país. Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para enaltecer a minha biografia; mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo – eu reitero – é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos! (Brasil, 2011).

Apesar de não ter instalado um gabinete paritário, indicou muitas mulheres no primeiro mandato, inclusive para o “núcleo duro” do governo. Sobre o suporte político do governo Dilma à Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) – merece destaque a

---

3 No dia 8 de março de 2015, durante seu segundo mandato, foi promulgada a lei que cria o “Ministerio de la Mujer y Equidad de Género”, que passou a funcionar a partir de junho de 2016, como uma institucionalidade no primeiro escalão, encarregado do planejamento das políticas públicas para as mulheres (Chile, 2016). O Servicio Nacional de la Mujer y la Equidad de Género (SERNAM) foi mantido e passou a funcionar como um órgão executor das políticas para as mulheres. Por ser uma mudança muito recente, não foi possível incorporá-la nos dados trabalhados nesse artigo.

4 No entanto, a palavra mulher aparece dez vezes, contra 36 de Bachelet.

indicação, pela primeira vez, de uma Ministra com reconhecida trajetória feminista, além do aumento de quase 18% no orçamento da SPM, de 2010 para 2011(SPM, 2011).

No entanto, ameaças a continuidade da política já eram visíveis no primeiro mandato. Em 2011, havia proposta de criação do Ministério de Direitos Humanos, que agregasse as pautas de mulheres, raça, sexualidade, criança/adolescente, idosos, deficientes, entre outros. Com isso, a SPM perderia poder na hierarquia governamental, ao passar de uma secretaria com *status* de Ministério para um órgão no interior de um Ministério. Alguns movimentos se mobilizaram, lançando notas de repúdio a essa possibilidade (Marcha Mundial das Mulheres, 2011) e durante a 3ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres, a Presidenta Dilma reverteu essa intenção.

Sofrendo fortes pressões políticas e vivenciando uma crise econômica e a diminuição drástica de recursos públicos, Dilma criou, em setembro de 2015, o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, transformando a SPM, que antes tinha status de ministério, em uma secretaria, o que significou um enfraquecimento do órgão.

Cristina Kirchner, por sua vez, foi a primeira mulher a se reeleger na América Latina, com a maior votação entre todos os presidentes dos 28 anos de democracia no país (Carta Capital, 2011). De acordo com Ángeles, Ramil e Espinosa (2012), as políticas públicas de gênero, durante o governo da presidenta são marcadas pela “descontinuidade, falta de financiamento e ambigüidade na definição de equidade” (Ángeles; Ramil; Espinosa, 2012, p.128) O MIM argentino – *Consejo Nacional de las Mujeres* –, como veremos, além de estar no mais baixo nível hierárquico do governo, possui um dos menores orçamentos de todos os MIMs latino-americanos. No entanto, segundo relatório do país para o XI Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e Caribe, de 2008 para 2009, o CNM teve um aumento de pouco mais de 20% no orçamento e também de pessoal (Argentina, 2010).

Na Venezuela, o momento da emergência do governo Chávez, em 1998, não significou nenhuma sensibilidade à agenda da igualdade de gênero. Ele não nomeou nenhuma mulher para os ministérios ou altos cargos e propunha diminuir em 80% o orçamento do Consejo Nacional de Mujeres, o MIM daquele período (Rakowki; Espina, 2006). Em 1999, o processo constituinte entra em curso e as organizações e movimentos de mulheres se empenharam para garantir a conquista de vários direitos.

Esse processo reforçou a agenda no governo e em 2000 foi criado o Instituto Nacional de la Mujer, um novo mecanismo institucional, ligado ao Ministério de Desenvolvimento Social. Em 2001, cria-se o “Banco de Desarrollo de la Mujer”, especializado em microcrédito e capacitação (Rakowki; Espina, 2006). Em 2009, o governo Chávez cria o “Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad de Género”, o ministério com maior

estrutura orçamentária, administrativa da América Latina. O Inmujer foi vinculado ao novo Ministério e passou a executar várias de suas políticas.

O convencimento do Presidente sobre a importância da pauta feminista foi se dando ao longo dos anos, a ponto de ele ser um dos únicos presidentes latino-americanos, a se declarar feminista: “Soy feminista, lucho y lucharé sin tregua, por que la mujer venezolana ocupe el espacio que tiene que ocupar, en el corazón, en el alma de la Patria nueva de la Revolución socialista” (Venezuela, 2014). O envolvimento pessoal do presidente com a pauta da igualdade de gênero não ficou livre de controvérsias. Críticas feministas foram feitas ao seu personalismo, à falta de democracia e ao aparelhamento do mecanismo institucional, centrado na organização de mulheres para a base de seu partido (Rakowki; Espina, 2006).

A ascensão do Movimento ao Socialismo (MAS) ao poder na Bolívia, em 2006, a partir da eleição do primeiro presidente indígena do país, Evo Morales, significou forte ruptura no imaginário social do país, em relação ao protagonismo da população indígena e dos movimentos sociais e do papel do Estado para construção de um novo marco civilizatório. Evidentemente, os processos de transformações orquestrados pelo governo Morales, devem ser analisado também segundo suas contradições e fraturas, algo que foge do escopo do artigo.

Do ponto de vista das políticas para as mulheres e da agenda feminista e de gênero, é preciso reconhecer que a visão que predomina no governo, associada a uma cosmovisão indígena da complementariedade de gênero, não reconhece a importância das instâncias específicas de gênero na gestão pública (Htun; Ossa, 2013). Em prol de uma ideia abstrata de “transversalidade”, essa visão está por trás do fato do governo não ter alterado o estado deficitário do mecanismo institucional de mulheres nacional.

Em 2009, o governo criou o Vice-ministério de Igualdade de Oportunidades, vinculado ao Ministério da Justiça, no lugar de um órgão que lidava com assuntos de gênero e geracionais. Como veremos, ele é um dos mais fracos MIMs latino-americanos. Além disso, em alguns momentos, esse vice-ministério foi ocupado por um homem, o que reforça a ideia de que o MIM não é visto como uma institucionalidade feminista.

No que se refere aos avanços mais gerais do governo, destaca-se a formação de um gabinete paritário, a partir do segundo mandato e a nomeação de várias mulheres indígenas em pastas centrais do executivo, muitas delas advindas de organizações sociais e movimentos sindicais da base do MAS (Carrasco, 2013). Depois da aprovação da nova Constituição, em 2009 e do estabelecimento do objetivo de “descolonizar o Estado”, o governo criou, dentro do Vice-ministério de Descolonização, ligado ao Ministério das



Culturas, a “Unidade de Despatriarcalização”, com objetivo de propor ações para desestabilizar o domínio patriarcal (Carrasco, 2013). O órgão, no entanto, tem muito mais uma importância simbólica, do que uma ampla estrutura administrativa e orçamentária.

### 1.2 Existência de Mecanismos Institucionais de Mulheres

Na América Latina, todos os países contam com alguma forma de mecanismo institucional de mulheres no executivo nacional. Dentre as principais características dos MIMs na região, estão: (1) a interlocução com a sociedade civil, principalmente pela interação com os movimentos e organizações de mulheres; (2) a tentativa de sensibilizar e capacitar funcionários públicos sobre as questões de gênero, (3) a adoção da transversalidade de gênero como uma estratégia para exercer poder e atingir seus objetivos centrais; (4) a constante luta para manter sua existência e aumentar sua capacidade técnica, orçamentária e política.

Nos países analisados, o formato e força dos mecanismos institucionais de mulheres variam muito, conforme quadro abaixo.

**Quadro 1: Perfil dos mecanismos institucionais de mulheres  
Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Venezuela  
2013**

País	Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)	Nível Hierárquico (1)	Estrutura Local (2)	Nº funcionários (3)	% do orçamento geral (4)	Orçamento do MIM por mulher (US\$) (5)
Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad del Género	1	Sim	Acima de 500	0,08 a 0,15%	4,00 a 7,00
Chile	Servicio Nacional de la Mujer	1	Sim	Acima de 500	0,02 a 0,07%	4,00 a 7,00
Brasil	Secretaria de Política para as Mulheres	1	Não	100 a 300	0,001 a 0,01%	0,50 a 0,99
Argentina	Consejo Nacional de las Mujeres	3	Não	Até 50	0,001 a 0,01%	0,10 a 0,29
Bolívia	Viceministerio de Igualdad de Oportunidades	3	Não	Até 50	0,001 a 0,01%	0,01 a 0,09

**Fonte:** Elaboração própria, a partir de Paradis (2013, p.112).

(1) De acordo com tipologia produzida pela CEPAL, os MIMs variam segundo seu nível hierárquico, medido a partir da categoria da/o titular, bem como a categoria do próprio mecanismo. Sendo assim, os MIMs latino-americanos distinguem-se entre três níveis hierárquicos: (1) Ministério ou entidade cujo titular tem status ministerial; (2) Entidade vinculada à Presidência ou Mecanismo cujo titular é diretamente responsável perante a Presidência; (3) Entidades dependentes de um Ministério (subsecretarias, institutos, conselhos e outras instituições) (CEPAL, 2010).

(2) Foram consideradas estruturas locais, qualquer tipo de divisão administrativa do MIM, que se localiza fora do escritório central. Os formatos variam entre escritórios, unidades, assistência técnica regional, delegacias da mulher e família, centros de atenção à violência. Não foram consideradas estruturas pertencentes aos governos subnacionais, uma vez que o objetivo era compreender a estrutura do MIM central.

(3) Compreende pessoal fixo e contratado.

(4) Os orçamentos referem-se ao exercício de 2011. A porcentagem foi calculada a partir dos orçamentos dos MIMs aprovados no ano de 2011, sobre o valor aprovado pelas leis de orçamento geral dos países no mesmo ano. No caso da Bolívia, só foi possível acessar o orçamento de 2012.

(5) Para calcular o orçamento em dólar por mulher per capita, transformou-se o valor dos orçamentos de cada mecanismo em dólar, a partir da cotação do dia 30/12/2011. Com esse valor dividiu-se pelo número total da população feminina em cada país, no ano de 2011, a partir da base de dados “Estadísticas e indicadores de gênero” da CEPAL (2012)

O MIM venezuelano e chileno figuram entre os mais fortes de todos latino-americanos, do ponto de vista da sua estrutura burocrática e orçamentária. A Secretaria de Política para as Mulheres do Brasil, em 2013, estava no mais alto nível hierárquico, mas recebia uma parcela muito pequena do orçamento geral e não contava com qualquer tipo de estrutura local própria da Secretaria, apesar de fornecer apoio orçamentário para várias das estruturas subnacionais de política para as mulheres (Bohn, 2010). O Consejo Nacional de las Mujeres argentino e o Vice-ministério boliviano são os mais deficitários, estão no terceiro escalão e têm uma capacidade técnica e orçamentária muito pequena (entre as piores estruturas de todos os MIMs latinoamericanos).

### *1.3 Presença ou não de mecanismos de participação da sociedade vinculados aos mecanismos institucionais de mulheres.*

Uma das principais características dos mecanismos institucionais de mulheres MIMs é a possibilidade de interlocução com os movimentos sociais. Byrne *et al* (1996) consideram a relação entre mecanismos e sociedade civil uma estratégia adotada pelos MIMs para influenciar as políticas e estratégias de planejamento dos governos. Há uma coincidência entre a existência de estruturas formais de participação nos MIM's e sua capacidade técnica e orçamentária. Mecanismos fortes tendem a ter maior incidência de participação, se comparados com os MIMs classificados como mais deficitários (Paradis, 2013). Na contramão da maioria dos países da América Latina, o Consejo Nacional de las Mujeres argentino e o Viceministério boliviano não contam com nenhum canal formal de participação dos movimentos e organizações sociais (Paradis, 2013). Como afirmam Matos e Paradis (2013), de acordo com militantes entrevistadas<sup>5</sup>, o Consejo argentino não proporciona diálogo verdadeiro com os movimentos e foi perdendo gradualmente poder, prestígio e recursos.

No Chile, o “Consejo de la Sociedad Civil” é vinculado ao Servicio Nacional de la Mujer e composto por órgãos do governo, movimentos e organizações da sociedade civil, de prerrogativa consultiva. Além do Conselho, o Sernam prevê três outros tipos de participação

---

<sup>5</sup> Essas entrevistas foram feitas no âmbito da pesquisa “Mulheres e Políticas Públicas na América Latina: Desafios à Democracia na Região” realizada em duas etapas entre 2010 e 2013 pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM) (Matos, Paradis, 2013).

cidadã, como consultas públicas, encontros com atrizes não governamentais e pesquisas de informação (Chile, 2010).

Na Venezuela, o Ministério mantém os chamados “Puntos de Encuentro”. Criados sob os cuidados do Inmujeres (órgão vinculado ao ministério), são instituições que agregam organizações de base, não menos do que 5 mulheres, responsáveis por fortalecer e promover a organização das mulheres em todo o território nacional. Nesse sentido, o intuito desses “Puntos” é o de reforçar a participação políticas das mulheres da base. De acordo com Rakowki e Espina (2006), foram constituídos mais de 10.000 “Puntos de Encuentro”, mobilizando cerca de 100.000 mulheres.

No Brasil, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985 e funcionou como o primeiro mecanismo institucional de mulheres do país, vinculado ao Ministério da Justiça. Com a criação da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), em 2003, o papel e escopo de atuação do CNDM foi alterado, passando de órgão responsável por formular políticas, para ter com uma de suas funções prioritárias o monitoramento das políticas de igualdade para as mulheres (Brasil, 2008). O conselho brasileiro é um dos únicos conselhos de mulheres de caráter deliberativo na América Latina.

Além disso, outro mecanismo de participação são as Conferências de Políticas para as Mulheres, que envolveram em torno de 200 mil mulheres nas primeiras três edições (2004, 2007 e 2011), realizadas a partir de conferências municipais, estaduais e nacional, em todas as Unidades da Federação do país, contando com a participação de inúmeras e diversificadas organizações e movimentos da sociedade civil, além de gestores/as municipais e estaduais, pesquisadores e observadores externos. O resultado das Conferências foi o lançamento dos planos nacionais de política para as mulheres.

Conforme Matos e Paradis (2013), de acordo com entrevistadas brasileiras de vários movimentos, partidos e organizações internacionais, há uma visão quase unânime da existência de estreita relação entre os movimentos e a SPM. Conforme nos mostra Bohn (2003), outra forma de interlocução é a destinação de pelo menos 2/3 do seu orçamento para o financiamento de projetos apresentados tanto pela sociedade civil, quanto por atores estatais locais (prefeituras, secretarias estaduais, etc).

Esta seção se dedicou à análise de como a agenda feminista e de gênero tem sido organizada no Estado, nos cinco países em questão, a partir da ação de seus/suas presidentes, da estrutura dos mecanismos institucionais de mulheres e de sua interlocução com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Na seção seguinte, analisaremos o estado dos protestos nesses países e localizaremos os movimentos feministas e de mulheres no conjunto dessas ações.

### 3. Protestos na América Latina: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile e Venezuela.

Nas últimas décadas, uma das marcas expressivas da sociologia dos movimentos sociais foi a busca pela produção de respostas *multidimensionais* capazes de indicar *como, quando e por que* surgem os movimentos sociais (Bringel, 2013, p.17, Tarrow, 2009). Com base nesta distinção analítica, interpelamos a literatura recente sobre a *participação política* na Argentina, no Brasil, na Bolívia, no Chile e na Venezuela, com foco na identificação de uma ação de *protesto* em cada país. Estas abrangem um espectro mais amplo da sociedade, para além dos *movimentos sociais* e *redes de mobilização*, pois constituem um “*transbordamento societário*”<sup>6</sup> nos termos colocados por Bringel (2013). Como mencionado acima, o propósito é verificar se os/as cidadãos/ãs, os movimentos de mulheres e feministas têm buscado combinar diferentes *repertórios de ação* política, capazes de abarcar tanto interações de *confronto* com o Estado, quanto ações *colaborativas* com ele (Tarrow, 2009; Abers, Serafim e Tatagiba, 2014). Segue-se, então, a análise de cada um dos casos, que será orientada pela seleção de um movimento e/ou ação de protesto em cada país.

#### 2.1 Argentina

Os movimentos de mulheres e feministas na Argentina podem ser caracterizados por três tendências gerais. A primeira refere-se à presença e atuação em movimentos de direitos humanos (mães e avós). A segunda é a das ações coletivas dos setores populares, sobretudo, nos períodos caracterizados pelo ajuste fiscal e crise econômica e, ainda, das mulheres das classes populares, envolvidas nos movimentos feministas presentes tanto no Estado quanto na sociedade. A terceira é a presença de mulheres das classes médias da população que estejam envolvidas com as políticas para mulheres e/ou o movimento feminista (Di Marco, 2010; Miranda e Rosenkraz, 2011; Gajardo, 2014).

Os protestos realizados na Argentina em 2001, em decorrência da crise econômica (política, posteriormente) foi um fator decisivo para a integração de agendas dos diversos setores do campo feminista, especialmente entre setor popular de mulheres e aquelas de organizações políticas. A partir das edições anuais dos “*Encuentros Feministas*” (espaços de articulação organizados pelos vários movimentos e organizações feministas), e da luta pela legalização do aborto e por direitos reprodutivos, ter-se-ia conformado o que Di Marco (2011) chamou de “*pueblo feminista*”. A articulação do discurso feminista com mulheres de outros movimentos sociais possibilitou que a identidade heterogênea de “mulheres” fosse se construindo a partir de um adversário comum – forças tradicionais e patriarcais – gerando uma identidade política comum, captada pelo termo.

---

6 A expressão é assim definida pelo autor: “(...) quando na difusão de setores mais mobilizados e organizados a setores menos mobilizados e organizados, os grupos iniciadores acabam absolutamente ultrapassados”(Bringel, 2013, p.17).

Mais recentemente, o campo feminista argentino emergiu em novas ondas de protestos. Depois do assassinato cruel de uma jovem grávida, de 14 anos, pelo seu namorado, em abril de 2015, uma reação feminista ampla passou a convergir, utilizando-se primeiramente, as redes sociais (facebook e twitter) que, a partir da hashtag #niunamenos, criou as bases para mobilização de protestos (Rovatto, 2015). “Assim, a imediata viralização da convocatória aglutinou detrás de uma só consigna a uma polifônica ‘multidão’ conformada por uma massa anônima de pessoas indignadas pelo crescente número de feminicídios” (Rovatto, 2016, p.18).

A convocatória dos protestos, que foram se massificando e atingiram, no dia 3 de junho, 200.000 pessoas nas ruas, foi ganhando adesão de muitas figuras públicas (Cué, 2015). Os protestos se replicaram em 120 outras cidades e localidades da Argentina e em outros países como Uruguai e Chile e, na Argentina, se converteu em uma campanha permanente, com uma agenda pública definida.

O documento lido no protesto do dia 5 de junho, afirma que a luta contra os feminicídios exige “uma resposta múltipla, de todos os poderes do Estado e todas as suas instâncias – nacional, provincial, municipal, mas também precisa de uma resposta de toda a sociedade civil. Em especial uma resposta por parte dos e das jornalistas, comunicadores e comunicadoras, que são quem constroem interpelações públicas” (Ni una menos, 2016).

As reivindicações variam entre políticas públicas, acesso à justiça e ações que visem a transformação cultural e muitas delas foram direcionadas ao Estado. Durante as eleições presidenciais, a campanha teve forte atuação, aproveitando-se do momento para buscar o comprometimento das lideranças políticas nacionais. Todos/as candidatos/as assinaram os “cinco pontos para comprometer-se no combate à violência machista”. (Ni una menos, 2016).

## 2.2 Brasil

Alvarez (2014) contribui no esclarecimento da complexidade dos *feminismos* contemporâneos ao entrevistar várias lideranças do movimento atuantes nos protestos de 2013, no Brasil. No quadro interpretativo proposto, os feminismos são enquadrados como campos discursivos de ação, considerados como “muito mais do que meros aglomerados de organizações voltadas para uma determinada problemática; eles abarcam uma vasta gama de atoras/es individuais e coletivos de lugares sociais, culturais e políticos” (Alvarez, 2014, p.18). Sendo assim, tais campos se articulam de modo formal e informal, por meio de “redes-político-comunicativas – ou melhor, teias e malhas – reticuladas. Ou seja, as atoras/es que neles circulam se entrelaçam em malhas costuradas por cruzamentos entre pessoas, práticas, ideias e discursos” (Doimo *apud* Alvarez, 2014, p.18).

O modelo analítico apresenta um rico potencial de análise do momento atual do campo feminista e da política. Isto porque a emergência e ocorrência reiterada de protestos, piquetes e *ações de confronto* tem viabilizado uma pluralização das integrantes desse processo de mobilização e atuação política. As referidas teias conectam não apenas grupos, estruturas e ONGs, mas também indivíduos e agrupamentos menos formalizados, localizados em diversos espaços da sociedade civil.

No Brasil, a pluralização do campo feminista abarcaria inter-relações estabelecidas com setores cada vez mais amplos da sociedade, em especial, a “não cívica” (Alvarez, 2014, p.34). Haveria um desejo compartilhado de que a ação feminista se localizasse novamente nas ruas e uma *multiplicação de feminismos populares* na cidade e no campo e popularização do feminismo entre os estudantes (Alvarez, 2014).

Um dos importantes protestos no âmbito do campo feminista brasileiro é, sem dúvida, a “Marcha das Margaridas”. Ela nasce em 2000, a partir de um processo de mobilização das mulheres do campo, da floresta e das águas. “Em 2000, a marcha mobilizou em Brasília cerca de 20 mil mulheres de todo o país. Em 2003, em sua segunda edição, o número de mulheres marchando dobrou. Em 2007, cerca de 50 mil trabalhadoras rurais participaram da marcha. Já na penúltima edição, em 2011, mais de 100 mil mulheres foram reunidas em Brasília” (IPEA, 2013).

O processo de mobilização combina atividade de formação, mobilização, denúncia e pressão, com o diálogo e negociação política com o Estado, estes últimos materializados a partir de documentos entregues ao governo federal e ao Congresso e também de algumas conquistas no que se refere às políticas públicas (Contag, 2015).

### 2.3 Chile

O caso chileno apresenta algumas peculiaridades em relação aos dois países anteriormente analisados. Por ter sido caracterizado por um processo de *modernização conservadora*, aspectos políticos relacionados à *transição inacabada* para democracia se tornaram persistentes no país, indicando uma incapacidade de realizar reformas (Morlino *apud* Miranda; Rosenkranz, 2011). Constituiu-se, em decorrência, a acumulação de um *mal-estar*<sup>7</sup> e despolitização no país entre 1990 e 2011 (Miranda; Rosenkranz; 2011). Processo *similar* à “onda de indignação global” destacado por outros autores, reforçado pela *crise de representatividade política* em um contexto local insistentemente pós-ditatorial (Gajardo, 2014).

---

<sup>7</sup> Captado por meio da taxa de suicídio e consumidores de antidepressivos no país, com base em fontes oficiais do ministério da saúde.

O ano de 2011 foi marcado por um conjunto de protestos no país, que atingiu mais de 26 cidades e levaram às ruas aproximadamente 80 mil pessoas, números mais expressivos que aqueles encontrados durante a luta contra a ditadura (Miranda; Rosenkranz, 2011, p.188). A cobertura pela imprensa chegou a ser acompanhada por 1,2 milhões de expectadores. Dois casos de movimentos visualizados desde 1990 – estudantil e mapuche – podem ser vistos como a expressão, intensidade e orientações políticas daqueles processos organizativos. Focalizaremos o segundo, com ênfase na ação dos movimentos de mulheres e feministas.

É sabido que a multiplicidade de vozes e discursos dos movimentos de mulheres e feministas na América Latina constituiu um desafio para a “integração” das estratégias de ação dos movimentos (Alvarez, 2000; Pinto, 2003; Mora; Rios, 2009). Gajardo (2014) realiza uma análise dos discursos proferidos por lideranças dos “feminismos de cor”, a partir da perspectiva da teoria feminista pos/de/anticolonial. Seu objetivo é questionar as possibilidades e obstáculos para emergência de um “feminismo mapuche” no Chile (Gajardo, 2014, p.304). A autora analisa um conjunto de interpelações realizadas pelas feministas “mupache” ao feminismo “branco” no Chile.

Trata-se de uma questão polêmica, uma vez que alguns autores sustentam a inexistência da questão do gênero para os povos Mapuche. Mais do que isto, chegam a afirmar que as organizações de mulheres, ao falar de gênero, provocariam apenas a divisão do povo Mapuche (Richards e Painemal *apud* Garjardo, 2014, p.312). De forma similar, outra pesquisadora das mulheres mapuche feministas afirma que “las mujeres dirigentes no tenían espacio para el feminismo, porque debían representar a un pueblo” (Millapan *apud* Gajardo, 2014, p.312).

Frente a pluralidade de vozes e discursos das mulheres mapuche reunidos por Gajardo (2014), explicitam-se silêncios e contradições como parte de uma “**tradición** (chicana, negra, muçulmana, latino-americana), cuyo linaje es feminista” (Gajardo, 2014, p.317). Tais contradições nos mostram que afirmação da *política de coalizão* poderia ser, realmente, uma estratégia de ação em torno de temas que afetam as mulheres de uma perspectiva mais ampliada. Sobretudo, considerando-se as possibilidades de interação entre o Estado e a sociedade no Chile, tal como descritas na seção dois acima.

#### 2.4 Bolívia

As ações de protestos realizadas pelos movimentos feministas e de mulheres na Bolívia, podem ser analisados a partir da construção de uma *agenda comum* em torno das ações em prol da inclusão do tema da equidade de gênero na legislação nacional. A instalação da Assembleia Constituinte de Sucre possibilitou às forças sociais mobilizadas

defender suas concepções acerca do poder, do país e da democracia, no processo de formulação de propostas para a reestruturação das estruturas fundacionais da Bolívia. Aprovada em 25 de janeiro de 2009 por *referendum*, e promulgada em 7 de fevereiro do mesmo ano, a Carta Magna assegurou equidade social e de gênero, equivalência na representação, na eleição de autoridades e na designação de cargos, além da não discriminação por sexo, orientação sexual ou identidade de gênero (URIONA, 2010).

Embora o processo constituinte tenha incorporado um amplo conjunto de demandas dos movimentos feministas e de mulheres, não obteve êxito “no reconhecimento do princípio da *despatriarcalização* como um pilar do processo de transformação, de inclusão e desestruturação das relações de poder que excluem e oprimem as mulheres” (URIONA, 2010, p. 34, *tradução nossa*).

Destacam-se, como conquistas das transformações decorrentes das alterações constitucionais, o resultado dos processos eleitorais em 2010, que culminaram na presença de 47% de mulheres no Senado e 25% na Câmara dos Deputados. Hoje a paridade é uma realidade em ambas as Casas.

Por outro lado, observa-se um avanço expressivo da pauta dos movimentos feministas e de mulheres com a criação da *Unidade de Despatriarcalização*, no âmbito do Viceministério de Descolonização, cujo propósito seria o promover o debate sobre a despatriarcalização e os seus desafios (URIONA, 2010, p.39).

Deve-se destacar, ainda, um segundo cenário de atuação dos movimentos em torno de um novo marco normativo, que envolvem a criação de novas leis, decretos e políticas públicas. Para tanto, se organizaram e articularam um amplo conjunto de organizações feministas e de mulheres, com propósito de se construir consensos, com respeito e reconhecimento da diversidade e pluralidade dos movimentos, mas ao mesmo tempo, com a finalidade de se produzir uma *agenda comum* de ação. Como resultado, alcançou-se uma agenda nacional dos movimentos e foram construídas diferentes estratégias de mobilização e alianças.

A estratégia envolveu dois conjuntos de perspectivas centrais, sendo a primeira destinada à inclusão do enfoque de gênero e dos direitos das mulheres de modo *transversal* nas leis nacionais e, o segundo, pautado na geração de propostas de leis específicas para a garantia dos direitos das mulheres (URIONA, 2010, p.39)<sup>8</sup>.

A breve contextualização dos movimentos feministas e de mulheres bolivianas nos permite destacar um repertório de ação plural, que buscou combinar ações estratégicas para aproveitar a *janela de oportunidades* que se abriu com o processo constituinte. Cabe

---

<sup>8</sup> Para uma descrição dos resultados dessas ações ver Uriona (2010).



observar, ainda, que muitas atrizes desses movimentos, participaram de protestos como aqueles em torno da água e do gás, que deram início às grandes transformações posteriores e ainda atuam combinando ações de rua, com atuação nos espaços institucionais do Estado.

## 2.5 Venezuela

O caso venezuelano será analisado a partir da constituição da rede de movimentos sociais e coletivos de mulheres denominada *La Araña Feminista*. Autodesignada como um movimento *feminista antiimperialista, anticapitalista, antipatriarcal e combativo*, a rede utiliza um amplo repertório de ações para atingir seus objetivos. Em 2014, foi publicado o livro *La Araña Feminista Opina* escrito por lideranças e intelectuais do movimento, que possui uma coordenação nacional ativa e atuante. A história da rede foi descrita por Alba Carosio (2014), uma das integrantes da coordenação nacional desde a fundação da rede.

As lutas feministas na Venezuela e a criação de suas primeiras organizações tiveram início durante a ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935), quando foram criadas a Sociedad Patriótica de Mujeres Venezolanas, em 1928, e a Agrupación Cultural Femenina e a Asociación Venezolana de Mujeres, ambas em 1935. Nos anos finais da década de 1960 e nos anos iniciais da década seguinte se observa a segunda *onda feminista venezuelana*, caracterizada por uma reflexão sobre as bases culturais e sociais da opressão das mulheres. (CAROSIO, 2014).

A constituição da República Bolivariana da Venezuela, em 1999, constituiu-se, de modo similar ao processo boliviano, como uma *janela de oportunidades* para o feminismo na nova república. Destacaram-se como atrizes e atores constituintes, sujeitos com identidades invisibilizadas e subalternizadas, tais como camponeses, indígenas, mulheres e feministas, sindicatos novos e antigos, pobres urbanos e afrodescendentes (CARÓSIO, 2014, p.18).

Em primeiro de março de 2010 iniciam-se as reuniões dos coletivos e grupos feministas que constituiriam, em 5 de abril do mesmo ano, *La Araña Feminista*, uma *Red de Colectivos Socialistas Feministas y de Mujeres em Venezuela*. A primeira aparição pública do movimento se deu como reação à um caso de *violência de gênero*, o assassinato de Jennifer Carolina Viera pelo seu marido, o campeão de boxe Edwin “Inca” Valero. O coletivo organizou ações de comunicação na rede televisiva e no rádio, além da publicação de artigos e de um comunicado “*Ni um feminicidio más*”, de modo similar aos movimentos recentes na Argentina e no Brasil.

Foi realizado, ainda, um protesto na sede do Tribunal Supremo de Justiça. Outros protestos foram realizados, em 2011, para celebrar “*un 8 de marzo combativo y popular*”,

com a presença de mais de 1000 mulheres, que marcharam até a Assembleia Nacional. Em 2013, realizou-se uma marcha da Plaza Bolívar até a cerimônia religiosa do enterro de uma jovem humilde que tinha sido violentada e assassinada em uma comunidade. No fim do mesmo ano, um amplo protesto se realizou contra o evento que elegeu a Miss Venezuela (CARÓSIO, 2014, p.24).

No começo do ano de 2012 o Presidente Chávez anuncia a redação de uma nova lei do trabalho, o que provocou uma forte mobilização e articulação da *Araña Feminista* com o propósito de produzir uma lei que protegesse a todas as trabalhadoras. A rede impulsionou, ainda, junto a outros movimentos de mulheres, a organização do Consejo Patriótico de Mujeres, fundado em 4 de junho de 2012 (CARÓSIO, 2014, p.24). Em 2013, realizaram-se eventos e reuniões para integração da *Araña* à outras redes feministas latinoamericanas e mundiais. Observa-se, portanto, um repertório variado de ações do movimento marcado por ações de protesto, campanhas na mídia, realizações de eventos e congressos, publicações em periódicos especializados, colaborações com o Estado para a produção de legislação e/ou criação de instituições.

#### **4. Ações colaborativas e ações de confronto: um balanço das experiências**

A análise dos protestos nos países estudados mostrou especificidades e semelhanças entre os casos estudados. Em todos os cinco países foi possível constatar a existência de ações expressivas de ação direta e protestos realizados por grupos plurais e heterogêneos. De acordo com as rotinas de interação entre sociedade e Estado, identificadas por Abers, Serafim e Tatagiba (2014), é possível verificá-las em relação à área temática de políticas públicas destinadas a assegurar condições de cidadania para as mulheres.

Na Argentina, a interação entre sociedade e Estado no âmbito das demandas feministas não parecem ser centralizadas no Consejo Nacional de las Mujeres, prejudicada por sua estrutura deficitária, pela falta da participação institucionalizada, bem como falta da política de proximidade (como afirma Di Marco (2011), o Consejo foi liderado por mulheres próximas do feminismo até 1995, quando passou a ter um perfil mais tradicional).

Os protestos dos movimentos de mulheres na Argentina indicam a existência de uma combinação de estratégias de ação e rotinas de interação sugeridas por Abers, Serafim e Tatagiba (2014) para o caso brasileiro. A campanha “Ni una menos”, por exemplo, combinou repertórios de negociação, como no período eleitoral, com ações nas ruas e redes.

A presença significativa de mulheres deputadas, beneficiadas pela lei de cotas, faz com que as rotinas de interação passem mais pelo legislativo, do que pelo executivo. Além disso, os “*Encuentros Nacionales de Mujeres*”, que acontecem anualmente desde 1986,

formam um espaço privilegiado de conformação de agendas comuns e de demonstração do ativismo das mulheres no país (Di Marco, 2011) e foram radicalizando suas demandas, ao articular uma gama ampla de setores de mulheres – desde as organizadas nos movimentos populares, até militantes tradicionais dos movimentos feministas, constituindo sem dúvida, um campo mais autonomista, sem que isso signifique total aversão ao Estado<sup>9</sup>.

As quatro rotinas identificadas por Abers, Serafim e Tatagiba (2014) foram verificadas no caso do Brasil. As edições das Conferências de Política para as Mulheres e a reformulação do CNDM conformaram um espaço de interação amplo e importante para construção de agendas comuns entre sociedade e Estado, além de contribuir para que a SPM ganhasse legitimidade no interior das relações de poder internas do Estado heterogêneo. A política de proximidade foi facilitada a partir da incorporação de número expressivo de feministas nas secretarias (além da própria ministra). Outra forma de interação não prevista pelas autoras é o financiamento de projetos advindos da sociedade civil (que no caso da SPM, correspondeu em 2005 a quase 10.000 milhões de reais, porém diminuiu para menos do que 5.000 milhões em 2008, mas que ainda assim é significativo (Bohn, 2010).

Nesse contexto, Cecilia Sardenberg e Ana Alice Alcântara Costa (2010), identificaram a emergência de um feminismo estatal participativo no Brasil, facilitado pelo crescimento do ativismo e da articulação de movimentos feministas e de mulheres, da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e seu comprometimento com formas participativas de governo, e como resposta à persistência do sistema político patriarcal, que faz com que a representação das mulheres nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário seja baixa. Nesse sentido, na falta de apoio de mulheres nestes espaços, uma via importante de consolidação de avanços seria no âmbito da SPM, a partir da construção de políticas públicas.

O caso da “Marcha das Margaridas” é ilustrativo de como, no contexto do feminismo estatal participativo, os protestos assumiram, definitivamente, contornos de negociação com o Governo. O processo da Marcha, em articulação com a presença de suas lideranças nos espaços participativos, como os Conselhos, Conferências, comitês de monitoramento de políticas, entre outros, forjaram várias conquistas, como políticas de documentação das mulheres rurais, crédito para produção, titularidade feminina nos assentamentos, além de políticas para o combate à violência contra a mulher no campo, como os ônibus, barcos e patrulhas.

---

<sup>9</sup> Como afirma Di Marco (2011), a influência institucionalizada nos poderes do Estado é parte das estratégias da nova identidade popular forjada nesses Encuentros, a qual a autora denomina como “pueblo feminista”.

No caso do Chile, a eleição da Bachelet impactou a interação entre sociedade e Estado no âmbito das políticas para as mulheres. A existência de participação institucionalizada foi favorecida pelo conselho e pelo Sernam, um dos mecanismos institucionais de mulheres mais estruturados do ponto de vista técnico e orçamentário, o que sugere a presença da rotina de *ocupação de cargos na burocracia*. Se nos anos 90, as contradições entre as feministas que atuavam nas instituições políticas e aquelas pertencentes a grupos autônomos foram latentes, no século XXI a polarização deu lugar à diversidade e fragmentação, ainda com necessidade de diálogo e inclusão política (Tobar, 2009). Essa fragmentação, segundo Tobar (2009), prejudicou o suporte político e maiores avanços do governo Bachelet, em prol da igualdade de gênero. Parte significativa do movimento se mantém avessa às formas de colaboração com o Estado.

Os protestos no caso chileno têm sido vistos como um processo de politização do mal-estar ou uma reação à incapacidade do sistema político de processar as demandas a ele dirigidas pela sociedade. Indica, ainda, uma pluralização do associativismo, com predomínio da ação dos jovens, mobilizados por novas ações em rede, mas com um aumento expressivo do apoio de amplos setores da população às ações de protestos dos estudantes. Além disto, outras/os atrizes/ores tomaram o espaço público do país, indicando o mesmo processo de *transbordamento societário* sugerido por Bringel (2013) em relação ao caso brasileiro.

O movimento feminista chileno, na atualidade, é marcado pelo processo de pluralização similar aos casos argentino e brasileiro. Destaca-se a discussão das feministas mapuches e a afirmação dos campos discursivos pós/de/anticoloniais expressos nas vozes das feministas indígenas, afroamericanas, muçulmanas dentre outras. Embora a análise de Gajardo (2014) indique um arrefecimento das *ações diretas e de protesto* dos movimentos feministas, Tobar (2009) aponta que os segmentos das “feministas jovens”, identificadas também no Brasil, emergiram no último período, com grande participação no encontro nacional de feministas em 2005. Ademais, as autoras sugerem uma pluralização dos discursos feministas, similar ao caso brasileiro e, principalmente, sua difusão nos campos científicos e universitários.

Os protestos no caso boliviano foram fortes o suficiente para deburrar um presidente eleito, em 2003. Depois disso, a força eleitoral do MAS, um partido com fortes vínculos com os movimentos sociais, possibilitou a eleição de Evo Morales para a presidência, que além promulgar uma nova Carta Magna, foi o primeiro presidente a compor um gabinete paritário entre homens e mulheres. Os protestos, a partir do governo Morales, assumem um caráter de negociação e de reforço das pautas de reforma do Estado, a partir da ideia de

“descolonização e despatriarcalização”. No entanto, essas formas de protestos convivem com ações mais contenciosas, especialmente, a partir de setores do feminismo radical, a partir de pautas feministas como a dos direitos sexuais e reprodutivos e de setores rurais e indígenas, contrários à política extrativista do governo.

Destaca-se, ainda, a expressiva elevação da representação feminina no senado e na câmara, como decorrência da lei eleitoral. Criou-se, ainda, uma ampla institucionalidade participativa, sobretudo no âmbito local, o que viabiliza mais um canal de comunicação frequente entre o Estado e os movimentos sociais. O sucesso da criação de uma *agenda nacional* dos movimentos feministas e de mulheres se expressou na criação de leis transversais e leis específicas para as mulheres, além da criação de unidade de *despatriarcalização* no Estado. Isso demonstra como a interação entre campo feminista e Estado está muito mais articulada entre sociedade civil e legislativo, não estando nesse marco o Vice-Ministério de Igualdade de Oportunidades que, como vimos, é uma instituição altamente frágil.

O caso venezuelano é marcado pela presença de Hugo Chávez, o primeiro presidente latinoamericano a se declarar feminista e seu apoio às políticas para as mulheres. O Ministério dedicado às políticas para as mulheres conta com forte aparato institucional e conexão com a organização política das mulheres, especialmente dos setores populares. De modo similar ao caso boliviano e brasileiro, foram criadas instâncias de participação direta da população para influenciar as políticas públicas.

A análise das ações da *Araña femnista* indica a criação de rede com vínculos não apenas no país, mas junto a outras redes feministas latinoamericanas e mundiais. Além das ações de protesto, o movimento tem atuado por meio de campanhas de comunicação e buscado influenciar a legislação trabalhista, além de ter influenciado para a criação de um conselho destinado à produção de políticas públicas para as mulheres.

As análises aqui empreendidas, ainda que iniciais e com necessidade de maior pesquisa, buscaram analisar o campo feminista latino-americano, a partir de suas interações com o Estado, buscando reforçar a ideia, presente na literatura de movimentos sociais, de que essas interações se movem não apenas pelos processos contenciosos, mas estabelecem uma série de rotinas de interação, que comportam relações colaborativas e de negociação.

Os polos em que essas interações colaborativas e de negociação vão se estabelecer, no caso do campo feminista, dependem do perfil dos mecanismos institucionais de mulheres, dos canais formais de participação, do apoio à agenda feminista e de gênero pelos/as presidentes/as e do tamanho das bancadas femininas no legislativo. Na Argentina

e Bolívia prevalece uma interação mais centrada no legislativo, com menor diálogo com executivo, combinada com ações de protesto e articulação entre movimentos e organizações.

No Brasil, Venezuela e Chile, as interações estão mais centradas no executivo e nos espaços formais de participação. No Brasil, os protestos se inserem num *continuum* de interação que combina presença nos conselhos e mobilização nas Conferências. Na Venezuela, a interação mobiliza desde setores da base popular do partido do poder, até setores feministas mais tradicionais. No Chile, o executivo tem muito centralidade, especialmente no governo Bachelet e destaca-se ação mais de rua do feminismo mapuche.

Evidentemente que essas interações não são livre de controvérsias. Há em todos os países a permanência de ações contenciosas, de setores organizados que se mobilizam fora dos marcos colaborativos com o Estado. Certo processo de contradição nos projetos de alguns desses governos reforçam a emergência e fortalecimento de setores mais autonomistas. No entanto, as interações colaborativas e de negociação são tão presentes entre o campo feminista na região, que autoras como Matos (2014) sugerem que essa é uma das principais características de uma nova onda feminista na América Latina.

A análise desses polos de interação sugerem que as pesquisas futuras poderiam ser incrementadas por duas perspectivas analíticas recentemente utilizadas e que apresentam um rico potencial para captar as múltiplas formas de atuação das feministas na região. A primeira delas é perspectiva dos *sistemas deliberativos* proposta por Mansbrigde e Parkinson (2012), pois sugere-se a estratégia analítica de pensar de forma integrada as relações entre as diferentes *arenas deliberativas* presentes no sistema político.

Tal enfoque, permite observar a agenda feminista no âmbito do Executivo, do Legislativo, das instituições participativas e, ainda, da mobilização societária (formal e/ou informal). Com base neste enfoque, Silva e Ribeiro (2014) aplicaram recentemente as técnicas provenientes do campo da *Análise de Redes Sociais* (ARS) para analisar o *subsistema* dos conselhos de políticas de Belo Horizonte. Os resultados alcançados sugerem um rico potencial para captar o transito dos atores entre as diferentes estratégias de atuação política das mulheres nos três países selecionados.

### **Referências bibliográficas**

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p.325-357, June 2014.
- ABERS, Rebecca; von Büllow. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84

ALVAREZ, Sonia E. A 'globalização' dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 383-426.

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy in Brazil: women's movements in transition politics**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. cadernos pagu (43). **Núcleo de Estudos de Gênero–Pagu/Unicamp**, p. 13-56, 2014.

ALVAREZ, Sonia E. *et all.* Interrogating the Civil Society Agenda, Reassessing “Un-civic” contention. Mimeo.

ALMEIDA, Debora Cristina Rezende de. **Repensando representação política e legitimidade democrática: entre a unidade e a pluralidade** (Tese). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

ANGELERI, Sandra. “La Araña Feminista: estableciendo los parámetros para el estudio de un experiencia de articulación feminista y socialista. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, jul/dec 2012, pp.225-235.

ÁNGELES, María de los; RAMIL, Fernández; ESPINOSA, Daniela O. Presidentas latinoamericanas e igualdad de género: um caminho sinuoso. **Nueva Sociedad**, n. 240, jul.-ago, 2012, p.119-133

ARGENTINA. Informe nacional para XI Conferencia Regional sobre la mujer de América Latina y Caribe. 2010

ASSIES, Willem; SALMAN, Ton. La democracia boliviana: entre la consolidación, la profundización y la incertidumbre. **Tinkazos**, v. 13, p. 111-139, 2010.

BLAIS, André. 2010. Political Participation. In: LEDUC, L; NIEMI, R; NORRIS, P. (eds), **Comparing Democracies 3: Elections and Voting in the 21st Century**. London: Sage.

BOHN, Simone. Feminismo estatal sobre a presidência Lula: o caso da Secretaria de Política para as Mulheres. Dossiê Os anos Lula, **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, p. 81-106, jul.-dez. 2010.

Brasil. Decreto nº 6.412, 26 mar. 2008. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências.

BRASIL. Dilma Rousseff. Presidenta da República. Discurso durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional. Brasília, 01 jan. 2011.

BRINGEL, Breno. Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. In: **As Jornadas de Junho em perspectiva global** (Dossiê temático n.3). Rio de Janeiro: UERJ, IESP, NETSAL, 2003.

BYRNE, Bridget *et all.* National machineries for women in development: experiences, lessons and strategies for institutionalising gender in development policy and planning. Brighton: BRIDGE, n. 36, 1996.

CAROSIO, Alba. “La historia de la Araña: crónicas de la Araña. In: CAROSIO, Alba *et al* (orgs). **La Araña Feminista opina**. Caracas: Tinta Violeta, 2014. Capítulo 1, p.14-33.

CARRASCO, Marianela Agar Diaz. “¡De empleada a ministra!”: despatriarcalización en Bolívia. Íconos, n.45, set. 2013, p.75-89.

CARTA CAPITAL. Cristina Kirchner comemora reeleição. 24 out. 2011. Disponível em < <http://www.cartacapital.com.br/internacional/cristina-kirchner-comemora-reeleicao/>> Acesso 10 dez. 2012.

CHÁVEZ, Patricia; QUIROZ, Tania; MOKRANI, Dunia. Reflexiones comunes para el debate. In: CHÁVEZ, Patricia *et all* (compil.). **Despatriarcalizar para descolonizar la gestión pública**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, Dirección de Participación Ciudadana. 2010, p.139-166.

CHILE. Informe ante la Undécima Conferencia Regional Sobre la Mujer de América Latina y El Caribe. SERNAM, 2010.

CHILE. Comienza el nuevo Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género. 3 jun. 2016. Disponível em <<http://www.gob.cl/comienza-nuevo-ministerio-la-mujer-la-equidad-genero/>> Acesso 21 jun. 2016.

CONTAG. Marcha das Margaridas 2015 - Caderno de Textos. Disponível em <<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=402&dc=1&nw=1>> Acesso 18 mai. 2015

CUÉ. Carlos E. Argentina se mobiliza pela primeira vez contra assassinatos machistas: manifestação sem precedentes é ponto alto em processo que une políticos e celebridades. El país internacional, 3 junho de 2015. Disponível em <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/03/internacional/1433356172\\_949785.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/03/internacional/1433356172_949785.html)> Acesso 16 jun. 2016

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. **A disputa pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DI MARCO, Graciela. **El pueblo feminista: movimientos sociales y lucha de las mujeres en torno de la ciudadanía**. Buenos Aires: Editora Biblos, 2011.

DI MARCO, Graciela. Los movimientos de mujeres en la Argentina y la emergencia del pueblo feminista. **Aljaba**, Luján, 2015.

GAJARDO, Antonieta Vera. Moral, representación y "feminismo mapuche": elementos para formular una pregunta. **Polis**, Santiago, v. 13, n. 38, p. 301-323, agosto 2014.

GLOBAL GENDER GAP INDEX. Fórum Econômico Mundial, 2011

GUZMÁN, Virginia. La institucionalidad de género en el estado: Nuevas perspectivas de análisis. **Serie Mujer y Desarrollo, CEPAL**, nº32, mar. 2001.

HTUN, Mala; OSSA, Juan Pablo. Political inclusion of marginalized groups: indigenous reservations and gender parity in Bolivia. *Politics, Groups, and Identities*. v. 1, n.1, 2013, p.4-25.

HTUN, Mala; WELDON, S. Laurel. When do Governments Promote Women's Rights? A framework for the comparative analysis of sex equality policy. **Perspectives on Politics**, v.8, n.1, mar. 2010, p. 207-214.

IBOPE. Pesquisa nacional realizada nas manifestações do dia 17 de junho com 2002 entrevistas em oito cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília. Rio de Janeiro: 2013.

IPEA. Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta. Relatório de Pesquisa, 2013. Disponível em <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/pesquisa-ipea-marcha-das-margaridas.pdf>> Acesso em 18 mai. 2015.

KANTOLA, Johanna. **Feminists Theorize the State**. New York: Palgrave Mcmillan, 2006

LOVENDUSKI, Joni (ed.) **State Feminism and Political Representation**. New York, Cambridge University Press, 2005

LÓPEZ-MAYA, Margarita. Venezuela after the Caracazo: forms of protest in a deinstitutionalized context. **Bulletin of Latin American Research**, v. 21, n. 2, p. 199-218, 2002.

MATOS, Marlise. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destraditionalização social e o neoconservadorismo político. Trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da ANPOCS, Outubro, 2014.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos Pagu** [online]. 2014, n.43, pp. 57-118.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse. Los feminismos latinoamericanos y su compleja relación con el Estado: debates actuales. **Íconos**, Quinto, n.45, set. 2013, p. 91-107

MAZUR, Amy. **Theorizing Feminist Policy**. New York: Oxford University Press, 2002.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MIRA S, Andrea. Crisis de representatividad y estallido social: Una aproximación a la actual experiencia chilena. **Polis** [online]. 2011, vol.10, n.30, pp. 185-197.



MIRANDA, Alberto Mayol y ROSENKRANZ, Carla Azocar. "Politización del malestar, movilización social y transformación ideológica: el caso "Chile 2011"". **Polis** [online]. 2011, vol.10, n.30, pp. 163-184.

MANSBRIDGE, Jane; PARKINSON, John. **Deliberative systems: deliberative democracy at the large scale**. New York; London: Cambridge University Press, 2012.

NI UNA MENOS. Documento lido durante o protesto do dia 5 de junho. Disponível em <[http://s1000050.ferozo.com/wp-content/uploads/2015/06/documento\\_OK-1-1.pdf](http://s1000050.ferozo.com/wp-content/uploads/2015/06/documento_OK-1-1.pdf)> Acesso 16 jun. 206

ORLOFF, Ann Shola. Gender and the Welfare State. **Institute for Research on Poverty**, n.1082, 1996

PARADIS, Clarisse. **Entre o Estado patriarcal e o feminismo estatal: o caso dos mecanismos institucionais de mulheres na América Latina**. 2013,167 f. Dissertação (mestrado Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. "Um olhar sobre as relações entre movimentos sociais e Estados refundados nos Países Andinos, a partir de teorias participativas da democracia". **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 12, n. 36, p. 1-17, 2013.

PINTO, Céli Regina J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLANCO, Marcelo Mella y SILVA, Camila Berrios. Gobernabilidad, democratización y conflictividad social en Chile:escenarios posibles para un nuevo equilibrio. **Polis** [online]. 2013, vol.12, n.35, pp. 429-458.

RAI, Shrin. Institutional mechanisms for the advancement of women: mainstreaming gender, democratizing the state? In: \_\_\_\_ (Ed.) **Mainstreaming gender, democratizing the state?** Institutional mechanisms for the advancement of women. Manchester: Manchester University Press, 2003, Cap. 1, p.15-39

RAKOWSKI, Cathy; ESPINA, Gioconda. Institucionalización de la lucha feminista/feminina en Venezuela: solidaridad, fragmentación, oportunidades y desafíos. In: LEBON, Nathalie; MAIER, Elizabeth (coord.) **De lo privado a lo público: 30 años de lucha ciudadana de las mujeres en América Latina**. México: Siglo XXI; UNIFEM; LASA, 2006.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian. Protesto político na América Latina: bases individuais e estruturais. In: **Texto apresentado no XXVIII Congresso da Alas. Recife (mimeo.[Links])**. 2011.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; DA SILVA, Rafael. Comparcimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], v. 23, n. 54, p. 91-108, mai. 2015. ISSN 0067-964X.

ROVETTO, Florencia. Violencia contra las mujeres: comunicación visual y acción política en "Ni Una Menos" y "Vivas Nos Queremos". *Contratexto* n. 24, julio-diciembre 2015, p.14-34.

SADENBERG, Cecilia; COSTA; Ana Alice A. Contemporary feminisms in Brazil: Achievements, Shortcomings, and Challenges. IN: BASU, Amrita (ed.). **Women's Movements in a Global Era: the power of local feminisms**. Boulder: Westview Press, 2010

SILVA, Eduardo Moreira da.; FARIA, Cláudia Feres. **As ressignificações da representação e da legitimidade política**. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. 2013. 276 p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9MQLCK>>.

SILVA, Eduardo Moreira da; RIBEIRO, Antônio Carlos. Sistemas deliberativos em perspectiva meso: o subsistema dos conselhos de política na Cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais-Brasil. **Anais do II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**. Campinas (SP). UNICAMP. 27 a 30 de abril de 2015.

SINTOMER, Yves. **O poder ao povo: júris de cidadãos, sorteio e democracia participativa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 230 p.

SPM. Demonstrativo gerencial da execução do orçamento (inclusive pessoal) – 2010 e 2011.

TARROW, Sidnei. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**.

Petrópolis: Vozes, 2009.

TOBAR, Marcela Ríos. Feminists politics in Contemporary Chile: from democratic transition to Bachelet. In: JAQUETE, Jane S. **Feminist Agendas and Democracy in Latin America**. Durham, Londres: Duke University Press, 2009, cap. 1, p.21-44.

URIONA, Katia. Desafíos de la despatriarcalización en el proceso político boliviano. **Tinkazos**, n. 28, p. 33-49, 2010.

VALERIAN, D. Street protests and class power: reflection on current events in Turkey, Egypt, and Brazil and aftermath of the Arab Spring. In: **As Jornadas de Junho em perspectiva global** (Dossiê temático n.3). Rio de Janeiro: UERJ, IESP, NETSAL, 2003. p.30-37.

VENEZUELA. Día de las Madres: Igualdad de género y protagonismo en Revolución. 11 mai. 2014. Disponível em <<http://www.minci.gob.ve/2014/05/dia-de-las-madres-igualdad-de-genero-y-protagonismo-en-revolucion/>> Acesso 21 jun. 2016